

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.624 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 2002

Senadores aprovam indicação de Meirelles e minirreforma tributária

O Plenário do Senado aprovou ontem com 39 votos favoráveis, 12 contrários e uma abstenção o nome de Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central. Também foi aprovada, entre outras matérias, a chamada minirreforma tributária, que poderá garantir receita adicional de R\$ 2 bilhões no primeiro ano do próximo governo.

PÁGINAS 2 E 3

A primeira universidade do Legislativo no mundo

O lançamento da pedra fundamental da Universidade do Legislativo (Unilegis), primeira do gênero no mundo, foi feito ontem pelo senador Ramez Tebet.

PÁGINA 8

Serra faz balanço de sua atuação ao se despedir do Senado

PÁGINA 7



Fotos Roosevelt Pinheiro

O presidente do Senado, Ramez Tebet, dirige a sessão em que o Plenário votou diversos projetos, inclusive a regulamentação do uso dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide)

Orçamento pode ser votado hoje pelo Congresso



O substitutivo de Sérgio Machado (primeiro à esquerda) cria reserva de R\$ 4,377 bilhões para elevar o salário mínimo

A proposta orçamentária da União para 2003 poderá ser aprovada hoje pelo Congresso Nacional. O substitutivo do relator-geral, senador Sérgio Machado, busca atender as prioridades sociais do novo governo no combate à fome e aos desequilíbrios regionais, garantir o reajuste do salário mínimo para R\$ 240 e reforçar os investimentos para o próximo ano. A receita primária foi reestimada para R\$ 352,727 bilhões, permitindo que os investimentos públicos federais sejam elevados para R\$ 13,649 bilhões.

PÁGINA 5

Senado aprova Meirelles para o Banco Central

O nome indicado para presidir a instituição levantou polêmica. Antero quis saber se havia algum impedimento ético. Dutra respondeu que nada foi levantado contra o ex-diretor do BankBoston. Jefferson criticou a imprensa para se definir o escolhido

O Senado aprovou ontem, por 39 votos favoráveis, 12 contrários e uma abstenção, o nome do ex-presidente mundial do BankBoston Henrique Campos Meirelles para a presidência do Banco Central (BC). Como acontecera na véspera na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) apresentou documentos reunidos pela CPI dos Bancos que apontam o BankBoston como uma das instituições que mais ganharam na crise cambial brasileira de 1999.

— Não estou fazendo qualquer acusação contra a honra do doutor Henrique Meirelles. Digo apenas que foi declarado pelo senador eleito do PT Aloizio Mercadante, na CPI dos Bancos, que o BankBoston alterou sua posição aqui no Brasil, na véspera da maxidesvalorização de janeiro de 1999, em US\$ 95 milhões — disse Antero.

O senador informou que vai requerer cópia do contrato de aposentadoria de Henrique Meirelles com o BankBoston para apurar se existe algum embaraço ético.

— Quero saber se há algum impedimento ético, se por exemplo ele se sentiria constrangido em comandar uma investigação ou adotar alguma eventual punição contra o banco que lhe paga a

aposentadoria integral, como ele próprio declarou que recebe, na sessão da CAE — declarou o senador em entrevista.

PERGUNTA

Em defesa de Henrique Meirelles, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que a CPI dos Bancos não levantou qualquer questão contra Meirelles, mas sim contra a diretoria atual

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) voltou a criticar a imprensa em votar o nome de Meirelles, antes que se apure se há algum impedimento ético contra ele.

— Por que tanta pressão? Por medo do mercado? Ora, isso é um mito. O correto seria deixar no cargo o doutor Arminio Fraga, esperar mais um pouco, até que o BC esclarecesse tudo, se há algum

PRESSA

do Banco Central.

— A pergunta que deveria ter sido feita ao doutor Henrique Meirelles, que não foi feita, é a seguinte: se houver um processo contra o BankBoston, qual será a postura dele como presidente do Banco Central?

Dutra também estranha que um senador do PSDB levante questões éticas contra Meirelles, uma vez que o próprio partido não hesitou em convidar o então banqueiro para integrar seus quadros.

problema de ordem ética ou legal. Eu, particularmente, tenho razões até mesmo para duvidar da legitimidade do mandato que ele conquistou em Goiás — disse Jefferson.

O senador José Jorge (PFL-PE) afirmou que o Banco Central não pode ser governado por um banqueiro, e lamentou que o PT não tivesse escolhido um economista de seus próprios quadros para o cargo. Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que, como senador, já votou em dez indicações para o BC e que só disse “não” para Arminio Fraga.

— Mas reconheço que ele teve uma atuação correta à frente da instituição. Hoje, eu votaria a favor dele — ressaltou Suplicy.

Os senadores Artur da Távola (RJ) e Geraldo Melo (RN), ambos do PSDB, elogiaram Meirelles e disseram que o PT “finalmente” assume uma posição realista, agora que chega ao governo. Conforme afirmaram, é preciso compromisso com a responsabilidade fiscal e as exigências do Estado moderno, que deve ser mediador dos interesses das classes sociais.

Plenário aceita indicações para a diretoria da CVM

Por 49 votos a favor, dois contrários e uma abstenção, foi aprovada pelo Senado a indicação do economista Vladimir Castelo Branco de Castro para o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com mandato de quatro anos. O Plenário também aprovou a indicação da economista Norma Jonssen Parente para a diretoria da CVM.

O Senado autorizou ainda empréstimo de 3,595 bilhões de reais a ser tomado pelo governo

brasileiro no Japan Bank for International Cooperation (JBIC), para co-financiamento do Programa Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável dos Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro.

Foram também aprovados quatro empréstimos externos, a serem realizados pelo governo brasileiro, para compra de equipamentos destinados ao Programa de Fortalecimento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro.



A economista Norma Jonssen teve o nome aprovado para a Comissão de Valores Mobiliários

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

10h — Ministro Nilson Vital Naves, presidente do Superior Tribunal de Justiça — Assinatura de convênio entre o Senado e o STJ para reedição de grandes obras do Direito Civil e Penal Brasileiro.

10h30 — Sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

14h30 — Senhor Ricardo Vidinich, diretor-presidente da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE).

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa extraordinária

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Jucá e Dutra explicaram que projeto apenas aumenta limite da cobrança da contribuição, sem implicar repasse automático aos preços dos combustíveis

Regulamentado o uso dos recursos da Cide

Após longa discussão, o Plenário aprovou ontem o projeto de lei regulamentando o uso dos recursos arrecadados com a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). O tributo incide sobre a importação e a comercialização de petróleo, gás natural e álcool etílico combustível. Foram registrados 35 votos a favor, 16 contra e duas abstenções. A proposta vai à sanção.

De acordo com a Constituição, a Cide deve ser utilizada para financiar programas de infra-estrutura de transportes e de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás, e para subsidiar preços ou transporte de álcool combustível, gás natural, petróleo e derivados.

O texto aprovado aumentou em 72% o limite de cobrança da Cide sobre os combustíveis e determinou que os recursos arrecadados devem ser aplicados no Fundo Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (FNIT), criado em dezembro do ano passado. Com a aprovação da matéria, a previsão é de que a área de transportes deverá receber no mínimo 75% do total arrecadado com a Cide.

Futura ministra do Meio Ambiente, a senadora Marina Silva (PT-AC) estranhou que o projeto defina um conjunto de ações concernentes a sua área e destine, no mínimo, 75% dos recursos arre-

cadados a investimentos na infra-estrutura de transporte, deixando sem qualquer percentual o ministério, que precisa dos recursos até para cumprir o que determina a Constituição.

Foram apresentadas três emendas visando aperfeiçoar o projeto e evitar que sua aprovação resultasse em aumento nos preços dos combustíveis. O senador Osmar Dias (PDT-PR) alertou que a alíquota incidente sobre o preço da gasolina estava sendo majorada em 107%, enquanto a incidente sobre o óleo diesel estava aumentando em 214%.

Por sua vez, o senador José Jorge (PFL-PE) disse que o "aumento brutal" nos valores da Cide significavam "uma injeção na veia da inflação". O senador José Agripino (PFL-RN) insistiu na votação em separado de dispositivo que, em sua opinião, aumentava brutalmente o valor dos combustíveis.

Os senadores Romero Jucá (PSDB-RR) e José Eduardo Dutra (PT-SE) demonstraram, contudo, que o projeto apenas aumentava o limite de cobrança da contribuição, não significando que um repasse nos preços ocorrerá automaticamente. De acordo com Dutra, o aumento desse limite vai garantir exatamente que o preço da gasolina não aumentará automaticamente em função da valorização do dólar.

Tributo incide sobre combustível

A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) foi instituída em 2001 pela Lei nº 10.336, em substituição à Parcela do Preço Específica (PPE), com o objetivo de aplicar recursos em infra-estrutura de transportes, ações de proteção ao meio ambiente e subsídios para o transporte ou preço de combustíveis. Ela incide sobre a venda e importação de combustíveis, inclusive gás. Até novembro deste ano, a Receita Federal havia obtido R\$ 6,7 bilhões com o tributo.

Para o próximo ano está prevista a arrecadação de R\$ 10,8 bilhões, segundo o substitutivo à proposta do Orçamento. A previsão é que a Cide ocupe a sétima colocação em arrecadação, em 2003, entre os tributos administrados pela Receita Federal.

Prorrogada a alíquota de 27,5% do Imposto de Renda

Projeto de conversão da MP 66, aprovado pelos senadores, acaba com cobrança cumulativa do PIS e do Pasep. Matéria vai à sanção

O projeto de lei de conversão da Medida Provisória 66, que institui a chamada minirreforma tributária, foi aprovado na noite de ontem pelo Senado. A proposta, que será enviada à sanção, acaba com a cobrança cumulativa do PIS e do Pasep e prorroga, por mais um ano, a aplicação da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda da Pessoa Física. Pela lei em vigor, essa alíquota deveria voltar para 25% a partir de 2003.

A decisão pode garantir receita adicional de R\$ 2 bilhões no primeiro ano do próximo governo. Foi também mantida, por mais um ano, a alíquota de 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que incide sobre o faturamento das empresas. Conforme a legislação vigente, a alíquota seria reduzida, em 2003, para 8%.

Com a manutenção da alíquota, será gerada receita de R\$ 1,1 bilhão para os cofres da União. Somando-se a isso os R\$ 950 milhões que serão arrecadados com a prorrogação da alíquota do Imposto de Renda, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva poderá contar com mais R\$ 2 bi-

lhões.

Em nome do PFL, o senador José Agripino (PFL-RN) manifestou-se contra a prorrogação das duas alíquotas. "A posição partidária foi, é e vai ser sempre contra aumento de impostos, por entender que a carga tributária do país já está bastante alta", argumentou o parlamentar.

Em defesa do projeto, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) sustentou que não haveria aumento de carga tributária, porque essas alíquotas já estão sendo aplicadas. Apenas não foram reduzidas, como estava previsto, lembrou o parlamentar. Ele também argu-



Proposta acolhida pelo Plenário pode garantir, no primeiro ano do governo Lula, receita adicional de R\$ 2 bilhões

Base de contribuição do PIS/Pasep será menor

A atualmente a alíquota do PIS/Pasep, que é de 0,65%, incide sobre o faturamento bruto das empresas, não levando em conta as fases de produção de um bem. Isso porque, na fabricação de um produto, cada etapa paga o imposto, onerando seu valor final. É o que se chama de cumulatividade – a incidência da contribuição em todas as operações da cadeia produtiva.

Com as mudanças inseridas pela minirreforma

tributária, a alíquota continuará incidindo sobre o faturamento, mas as empresas poderão descontar os gastos com os insumos (matéria-prima, energia, aluguel, equipamentos etc.), ou seja, com as etapas anteriores. Assim, o contribuinte pagará apenas pela sua parte na produção de uma mercadoria e a base de tributação será menor.

Para evitar perda de receita com o PIS/Pasep, a alíquota foi elevada para 1,65%.

Compensação a estados vai até 2006

Em regime de urgência e por unanimidade, o Senado também aprovou ontem o projeto de iniciativa do governo que prorroga a compensação aos estados pela perda de arrecadação decorrente da Lei Kandir, que isentou as exportações do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A matéria será remetida à sanção.

Conforme a proposta, será prorrogada até 2006 o prazo da vigên-

cia do fundo orçamentário instituído pela Lei Complementar 87/96, que dispõe sobre impostos estaduais e distritais, operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação.

O projeto fixa os coeficientes individuais de participação de cada unidade da Federação nesse fundo e limita, em até R\$ 3,9 bilhões, o valor a ser entregue pela União aos

estados e municípios em 2003, desde que respeitada a dotação consignada na lei orçamentária e eventuais créditos adicionais.

Na exposição de motivos enviada ao Congresso, o governo diz que a proposta respeita a Lei de Responsabilidade Fiscal, "uma vez que a despesa futura só será realizada na medida em que a lei orçamentária consigne os recursos necessários para a prorrogação do fundo".

Plenário aprova contas da Presidência da República

Relatório da Comissão Mista de Orçamento, que recomenda a aprovação com ressalvas, foi acolhido pelos senadores

O Plenário do Senado aprovou o projeto de decreto legislativo elaborado pela Comissão Mista de Orçamento que aprova, com ressalvas, as contas prestadas pelo presidente da República relativas ao exercício financeiro de 1999.

As contas foram aprovadas na Comissão de Orçamento em abril do ano passado, com relatório favorável apresentado pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Em junho deste ano, o senador apresentou outro relatório favorável à emenda do deputado Henrique Fontana, também aprovada.

A urgência para a votação do projeto foi pedida e aprovada durante a sessão de ontem, o que possibilitou sua votação na mesma ses-



Jonas Pinheiro deu parecer favorável à aprovação das contas relativas a 1999

são. A matéria consta da pauta de convocação extraordinária, que vai até amanhã.

ÁLCOOL

Foi aprovado ainda na sessão de ontem projeto de lei do Executivo que concede subvenção de R\$ 1

mil para carros a álcool comprados por empresas para utilização em transporte de mercadorias ou passageiros ou ainda para locação. Também serão beneficiados órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal.

A subvenção terá duração de três anos, a partir do ano que vem, mas pode ser encerrada antes, quando se atingir a venda de 100 mil carros a álcool. A subvenção será custeada com recursos do Tesouro – sendo R\$ 25 milhões já para o ano que vem – e recursos recebidos do exterior, inclusive doações, decorrentes de compensações financeiras pela redução de emissões nos termos do Protocolo de Kyoto.

Salário de parlamentares será reajustado

Projeto de decreto legislativo que garante reajuste do salário de deputados e senadores na próxima legislatura foi aprovado ontem pelo Plenário. O aumento – de R\$ 8 mil para R\$12,7 mil – havia sido aprovado pela manhã na Câmara dos Deputados. O projeto teve parecer favorável do senador Nabor Júnior (PMDB-AC), que afirmou aprovar a mudança com base no

consenso das lideranças da Câmara. Ainda cedo, o presidente do Senado Federal, Ramez Tebet, comunicara que a Casa deveria seguir a mesma conduta adotada pela Câmara com relação à elevação do salário dos parlamentares. Tebet disse que não é contrário ao aumento, pois este reflete o sentimento dos congressistas.

Perguntado por jornalistas se o

aumento não seria impróprio no atual momento, quando ainda se discute no âmbito da Comissão de Orçamento um percentual de reajuste para o salário mínimo, o presidente do Senado explicou que essa questão foi levada em consideração pelas duas Casas. “Tanto é que houve discussão por muito tempo antes de se chegar a uma decisão”, declarou.

Jogador Ronaldo recebe voto de aplauso

O Senado aprovou ontem requerimento de voto de aplauso ao jogador de futebol Ronaldo Nazário, o Ronaldinho, eleito nesta semana, pela terceira vez, “o melhor jogador de futebol do mundo” pela Federação Internacional de Futebol (Fifa). A iniciativa foi do senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

– Pela sua brilhante carreira como jogador de futebol, pelos seus exemplos dentro e fora de campo como personalidade pública, pelo orgulho que proporciona a todos os brasileiros, é que apresento este requerimento de voto de aplauso ao melhor jogador de futebol do mundo, o brasileiro Ronaldo Nazário, ou, como se mostra hoje mais apropriado, Ronaldo, o Fenômeno –



Para Maguito, Ronaldo é “uma das mais importantes personalidades brasileiras”

justificou Maguito.

O senador vê a premiação ao atacante como o coroamento não apenas das suas qualidades como jogador, mas também por seu esforço e sua persistência para sair da seqüência de contusões sofridas desde a final da Copa de 1998.

Além do prêmio da Fifa, Ronaldo conquistou todos os prêmios importantes de 2002 concedidos a um jogador, salientou Maguito.

O prêmio da Fifa, conforme o parlamentar, é o mais importante porque se trata de uma eleição que inclui o voto de quem mais entende de futebol, que são os 148 treinadores de seleções. O senador disse que o placar da eleição, divulgado na última terça-feira na solenidade de premiação em Madrid, na Espanha, deu a Ronaldo 387 pontos, contra 171 do segundo colocado, o goleiro Oliver Kahn, da Alemanha.

Maguito Vilela entende que o Senado Federal está prestando uma justa homenagem a “uma das mais importantes personalidades brasileiras de todos os tempos”.

Resgatado de trabalho escravo ganha seguro-desemprego

Os senadores aprovaram ontem a medida provisória que estende o benefício do seguro-desemprego ao trabalhador resgatado da condição de escravo. O benefício será de três parcelas, cada uma no valor de um salário mínimo. A proposta, que será encaminhada à promulgação, determina ainda que o trabalhador será encaminhado para qualificação profissional pelo Sistema Nacional de Emprego.

Segundo dados do Ministério do

Trabalho, a concessão do seguro-desemprego para esses trabalhadores importará em um custo de R\$ 859 mil, o equivalente a 0,02% do que é gasto todos os anos com o pagamento do benefício para os trabalhadores que perderam o emprego. Para ter direito ao benefício, os trabalhadores liberados do trabalho escravo necessariamente terão que estar inscritos no programa de qualificação profissional do governo.

Marina terá nova data para falar ao Senado

Ao justificar a ausência da senadora Marina Silva (PT-AC), que não pôde fazer seu discurso de despedida do Senado, previsto para ontem, porque a ordem do dia ultrapassou o horário em que ela viajaria para o Acre, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ao presidente da Casa, senador Ramez Tebet, que permitisse à futura ministra do Meio Ambiente ocupar oportunamente a tribuna do Plenário para falar sobre o que pretende fazer no ministério e

receber as homenagens dos colegas.

Ramez Tebet disse que Marina Silva contribuiu muito para o êxito dos trabalhos do Senado e lamentou a falta de tempo para que ela se pronunciasse. Ele respondeu a Suplicy que a Casa faz questão de ouvir a senadora indicada pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva para o Ministério do Meio Ambiente.

– Todo o Senado aguardará o momento de ouvir essa grande colega senadora – afirmou.

Emilia aponta desafios do Fórum Mundial de Educação

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) disse que os principais desafios do Fórum Mundial de Educação – que se realiza em Porto Alegre, de 19 a 22 de janeiro de 2003 – são “mobilizar a energia criadora dos educadores, estudantes e dos movimentos sociais, assegurando infraestrutura, reafirmando



Emilia: momento político dará ainda mais notoriedade ao fórum

a escola pública como espaço de solidariedade e de construção da nação”. O fórum precede e integra as atividades do Fórum Social Mundial, que ocorre na mesma cidade entre os dias 23 e 28 de janeiro, com o tema “A Paz é Possível”.

O tema central do Fórum Mundial de Educação – “Educação e Transformação” – será discutido em três conferências, dez debates temáticos, sete debates especiais, 35 debates de programação simultânea e cerca de 2 mil relatos

temáticos, informou a parlamentar. A programação oficial foi proposta e discutida pelas 21 entidades nacionais e internacionais que fazem parte de seu Comitê Político e homologadas pelo Comitê de Organização, do qual fazem parte outras 83 entidades.

Está programada a participação de 156 conferencistas e debatedores de 30 países. São esperados 20 mil participantes – 5 mil a mais do que neste ano. Para a senadora, assim como o Fórum Social Mundial, o Fórum Mundial de Educação ganhará ainda mais notoriedade por ser realizado no país presidido por Luiz Inácio Lula da Silva, “num contexto político que se contrapõe ao projeto neoliberal, globalizante e excludente, desenvolvido pelo atual governo federal”.

Orçamento da União pode ser votado hoje

Relatório final de Sérgio Machado busca atender as prioridades sociais do novo governo no combate à fome e aos desequilíbrios regionais, garantir o reajuste do salário mínimo para R\$ 240 e reforçar os investimentos públicos

O substitutivo do relator-geral, senador Sérgio Machado (PMDB-CE), à proposta orçamentária da União para 2003 poderá ser aprovado hoje em sessão conjunta do Congresso Nacional. Após um dia intenso de debates e negociações entre os parlamentares, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) definiu um acordo para a votação do relatório final.

A proposta do relator-geral buscou atender as prioridades sociais do novo governo no combate à fome e aos desequilíbrios regionais; garantir o reajuste do salário mínimo para R\$ 240; e reforçar os investimentos públicos para o próximo ano.

O projeto encaminhado ao Congresso, em agosto, pelo governo federal previa uma receita primária (de impostos, taxas e contribuições) para 2003 de R\$ 327,939 bilhões, correspondendo a 23,19% do Produto Interno Bruto (PIB). Depois de reavaliar a receita orçamentária,



Comissão Mista de Orçamento teve um dia de muitos debates e negociações entre os parlamentares, em busca de acordo para votação

substituindo projeções pela inflação realmente verificada até outubro, considerar as novas estimativas divulgadas pelo Banco Central para novembro e dezembro e contar com medidas que melhoram o caixa da União, a comissão identificou um acréscimo de R\$ 24,788 bilhões. A receita primária foi reestimada para R\$ 352,727 bilhões.

Esse reforço na receita permitiu que os investimentos públicos federais previstos para o próximo ano fossem elevados de R\$ 7,350 bilhões para R\$ 13,649 bilhões. Possibilitou também, segundo o relator, a criação de uma reserva especial de R\$ 4,377 bilhões para assegurar o reajuste do salário mínimo para R\$ 240. Também foi possível melhorar a dis-

tribuição regional dos recursos do Sistema Único de Saúde e reforçar o orçamento das universidades e das áreas de transportes, habitação popular e saneamento.

O trabalho de revisão feito pela comissão também vai possibilitar que o próximo governo disponha de pelo menos R\$ 2,5 bilhões para o combate à fome e que estados e municípios recebam mais R\$ 4,341 bilhões na forma de transferências federais.

O relator-geral explica que não inflou os recursos ao atualizar a receita orçamentária com base na inflação efetiva,

mas procedeu de acordo com a metodologia usada pelo governo. Observou que, se a proposta orçamentária oficial tivesse sido feita em outubro, traria os mesmos valores calculados pelo Comitê de Receitas. Lembrou que o aumento do teto da Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico (Cide) e a minirreforma que prorrogou as

alíquotas de 27,5% do Imposto de Renda da Pessoa Física e 9% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas também reforçaram a receita de 2003. A manutenção dessas alíquotas foi aprovada ontem pelo Senado.

Em números globais (incluindo rolagem da dívida pública, pagamento de juros e amortização), as despesas totais do Orçamento da União para 2003 foram revistas de R\$ 1,009 trilhão para R\$ 1,036 trilhão.

VOTAÇÃO

Ao final da sessão de ontem, o presidente do Senado, Ramez Tebet, disse acreditar na votação do Orçamento hoje. Segundo ele, o Congresso "tem cumprido seu dever, votando com rapidez e responsabilidade matérias importantes para o país e para o êxito do próximo governo". Tebet ressaltou que a pauta está limpa tanto na Câmara quanto no Senado, acrescentando que, com a votação do Orçamento, será possível "encerrar o ano legislativo com brilhantismo".

Emenda permite acordo sobre reajuste do mínimo

A solução encontrada pelo relator-geral do Orçamento, senador Sérgio Machado (PMDB-CE), para equacionar as divergências entre as bancadas dos partidos de sustentação do atual e do futuro governos em relação ao reajuste do salário mínimo foi a apresentação de uma emenda ao seu substitutivo.

O texto submetido ontem ao plenário da Comissão Mista de Orçamento garante que os R\$ 4,377 bilhões separados em uma reserva especial dentro da proposta orçamentária do próximo ano só poderão ter outra destinação, que não para absorver o aumento do mínimo, depois que a lei com o reajuste do salário mínimo for publicada.

— O importante é que o recurso esteja disponível no Orçamento — ressaltou Machado.

A reserva especial criada pelo relator assegura o reajuste do salário mínimo para R\$ 240 e possibilita também a aplicação dos recursos em gastos sociais, deixando a escolha sobre a distribuição do dinheiro a cargo do novo governo. A medida desagradou principalmente o PFL e o PSDB.

O presidente da comissão, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), discordou da denominação, no seu entender genérica e sem uma garantia explícita do valor reservado para o impacto do salário mínimo nas contas da Previdência. Mas aceitou a solução apresentada pelo relator. O deputado Pauderney Avelino (PFL-AM), líder do partido na comissão, foi o encarregado de expressar essa concordância do PFL.

— Estamos dando um voto de confiança não só à emenda do relator, mas, principalmente, ao futuro governo, sem abrir mão do

reajuste para R\$ 240 — declarou.

A proposta de Sérgio Machado agradou ao PT, que, inclusive, chegou a sinalizar com a possibilidade de que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva venha a conceder um reajuste superior a R\$ 240. O líder do PT na comissão, Jorge Bittar (PT-RJ), elogiou a reserva criada pelo relator-geral e considerou que os recursos alocados permitem um aumento maior do que o valor que vem sendo discutido no Congresso.

— Vamos verificar o comportamento das despesas para em abril definir o novo mínimo — disse ele.



José Cruz

Sérgio Machado busca contornar divergências entre as bancadas de apoio ao atual e ao futuro governos

Parlamentares pedem aumento de verbas para irrigação e transportes

O parecer do relator-geral, senador Sérgio Machado (PMDB-CE), sobre a proposta orçamentária de 2003, começou a ser discutido ontem pela manhã. Os pleitos apresentados pelos parlamentares concentraram-se nas áreas de irrigação e transportes, principalmente para a restauração e a construção de novas rodovias. Muitos deles pediram ao relator-geral a recomposição de verbas que foram canceladas pelas relatorias setoriais, de modo a possibilitar o remanejamento de recursos orçamentários para outros investimentos.

Um dos relatores setoriais, o deputado Santos Filho (PFL-PR), que cuidou da área de infraestrutura, apresentou recurso a ser encaminhado ao Plenário do Congresso em que solicita o atendimento do pedido dos novos governadores de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia e Maranhão para garantir recursos destinados às estradas de seus estados. São R\$ 53,1 milhões ao todo. O relator-geral, segundo sua assessoria, não acolheu emenda de Santos Filho porque os relatores setoriais não

podem fazer emendas que impliquem em novas despesas.

O deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG) criticou o uso inadequado de recursos do Plano de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) para formar superávit primário (receitas menos despesas, excluído o pagamento de juros da dívida pública). Um dos seus três destaques encaminhados ao relator-geral prevê a substituição de R\$ 1,113 bilhão de recursos do PIS/Pasep por outra fonte aceita legalmente para formar essa reserva de contingência no Orçamento de 2003. Pediu também que seja explicitado o valor de recursos da seguridade social transferido para o orçamento fiscal.

O esforço do senador Sérgio Machado para tentar acomodar, no seu substitutivo, quase todos os pleitos das bancadas estaduais e do futuro governo, foi bastante elogiado pelos parlamentares. O senador Tião Viana (PT-AC) disse que foi o "mais lúcido trabalho de relatoria dos últimos anos".

Senado aceita recondução da defensora pública-geral

Também foi acolhida mensagem presidencial indicando jurista Emmanoel Pereira para o cargo de ministro do TST

A recondução da advogada Anne Elisabeth Nunes de Oliveira para o cargo de defensora pública-geral da União, com mandato de dois anos, foi aprovada ontem no Plenário. Os senadores também acolheram a indicação do nome de Emmanoel Pereira para compor o Tribunal Superior do Trabalho (TST), no cargo de ministro togado, em vaga de advogado, decorrente da aposentadoria de Almir Pazzianotto.

As duas mensagens presidenciais haviam sido debatidas, horas antes, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que emitiu pareceres favoráveis às duas indicações.

O relator da mensagem de recondução da defensora, senador Francelino Pereira (PFL-MG), destacou em seu parecer que a formação acadêmica e profissional da advogada "a credencia ao pleno desempenho do cargo para o qual foi novamente indicada pelo

chefe do Poder Executivo". Ele salienta que Anne Elisabeth ingressou por concurso público na Advocacia de Ofício da União, da Justiça Militar Federal, exerceu o cargo de subdefensora pública-geral de janeiro de 1997 a dezembro de 2000, e desde então exerce o cargo de defensora pública-geral.

Por sua vez, o relator da mensagem indicando Emmanoel Pereira, senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), registrou que o candidato teve, por mais de 20 anos, atuante militância na advocacia trabalhista, foi juiz auditor do Tribunal de Justiça Desportiva e chefou o gabinete civil da prefeitura de Natal. Emmanoel Pereira atuou ainda como consultor jurídico da Câmara de Vereadores da capital e procurador da Assembléia Legislativa potiguar.

Em sua exposição perante a Comissão de Justiça, em reunião presidida pelo senador Osmar

Dias (PDT-PR), Anne Elisabeth relacionou medidas adotadas durante sua gestão à frente da Defensoria da União, como a realização de concurso público para defensores. Disse que, no final do ano passado, 84 defensores tomaram posse, o que permitiu o atendimento, de janeiro a novembro de 2002, a 60 mil cidadãos. Ela abordou o trabalho da Defensoria, em conjunto com a Polícia Federal, para atendimento de casos de narcotráfico, e a criação da Defensoria Itinerante, destinada a atingir maior número de pessoas.

O advogado Emmanoel Pereira sugeriu um debate nacional em torno da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), propôs mudanças na organização sindical, considerou um avanço a proposta de criação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e comentou a apreensão do Judiciário com a exploração de trabalho escravo na zona rural.



A defensora-geral Anne Elisabeth responde a perguntas dos senadores da Comissão de Justiça

Comissão de Justiça sabatina os dois indicados

Antes da votação das mensagens de indicação de seus nomes na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Anne Elisabeth e Emmanoel Pereira responderam a sabatina. Escolhido para ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Emmanoel Pereira foi apontado pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN) como um dos juristas mais qualificados do Rio Grande do Norte.

Os outros dois senadores do Rio Grande do Norte, Fernando Bezerra (PTB) e José Agripino (PFL), também elogiaram o advogado. Agripino exaltou ainda a "agilidade e a modernidade de

pensamento" de Anne Elisabeth. Romeu Tuma (PFL-SP) observou que a Defensoria Pública democratiza o acesso à Justiça, e destacou que Emmanoel Pereira manifestou-se sobre os graves problemas que a Justiça trabalhista enfrenta.

Jefferson Péres (PDT-AM) perguntou à defensora se não seria melhor divulgar o trabalho da Defensoria pelos meios de comunicação, e não mediante uma cartilha. Anne Elisabeth esclareceu que a utilização dos meios de comunicação criaria uma demanda que o órgão não poderia atender, e informou que a cartilha será des-

tinada às lideranças comunitárias, que orientarão as pessoas a procurar os serviços da instituição.

Jefferson Péres quis saber de Emmanoel Pereira sua posição sobre a súmula vinculante, e ouviu do candidato que, embora tenha um lado negativo, esse instrumento daria mais celeridade aos processos que abarrotam os tribunais superiores.

Ney Suassuna (PMDB-PB) propôs a divulgação dos trabalhos da Defensoria pelo rádio e um sistema de consultas via Internet. E Olivir Gabardo (PSDB-PR) disse esperar um "trabalho notável" de Emmanoel Pereira no TST.



Ao lado de Jefferson Péres, Sardenberg disse que país defenderá globalização solidária

Célio Azevedo

Plenário acolhe a indicação de Sardenberg para Nações Unidas

Os senadores aprovaram ontem mensagem do presidente da República indicando Ronaldo Mota Sardenberg para o cargo de embaixador brasileiro na Organização das Nações Unidas (ONU). Pela manhã, a mensagem tinha sido aprovada por unanimidade na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Durante exposição aos senadores da comissão, Sardenberg afirmou que o Brasil defenderá na ONU a construção de uma globalização solidária. Essa nova ordem, acrescentou, deverá ser marcada pelo combate à miséria, à fome e à desigualdade social.

Atual ministro de Ciência e Tecnologia, Sardenberg adiantou que as ações diplomáticas do Brasil na ONU terão por base as posições já anunciadas pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, marcadas pela prioridade ao social. Ele lembrou que, na recente visita ao presidente dos Estados Unidos, George W. Bush,

Lula comunicou a intenção de melhorar as condições de vida da população brasileira.

— Estamos diante de uma oportunidade histórica de lutar, também no plano internacional, pelos direitos de cidadania da população mais oprimida, não só do Brasil mas de todo o mundo — afirmou Sardenberg.

Durante a exposição aos membros da CRE, Ronaldo Sardenberg defendeu a necessidade de uma ampla reforma na ONU, que garanta mais peso a países da importância do Brasil. Por isso, anunciou que lutará para que o Brasil faça parte do Conselho de Segurança da organização multilateral. Atualmente, compõem esse grupo China, França, Estados Unidos, Grã-Bretanha e Rússia.

Sardenberg informou como será a sua linha de atuação como representante do Brasil nas Nações Unidas, a começar pela permanente luta em defesa da paz.

Gabardo elogia STJ por apurar denúncia envolvendo ministro

O senador Olivir Gabardo (PSDB-PR) disse ontem, em discurso no Plenário, ter visto "com grata satisfação" a abertura, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), de inquérito administrativo para investigar denúncias envolvendo um de seus ministros.

— Não se pode fazer qualquer juízo antecipado da real participação de um parlamentar e dos magistrados citados na imprensa, mas torna-se fundamental a investigação, profunda e conseqüente, de todos os fatos apontados, inclusive porque tais fatos foram legalmente obtidos pela Polícia Federal — afirmou o senador.

Gabardo lembrou que o instituto do *habeas corpus* é, em sua es-



Olivir Gabardo disse esperar que outros órgãos façam o mesmo

Rosevelt Pinheiro

sência, inquestionável, sendo considerado uma cláusula pétreia da Constituição brasileira. Para ele, no entanto, o Poder Judiciário deve ter maior atenção na concessão do benefício, "uma vez que os traficantes de dro-

gas representam um real perigo para a sociedade, quando em liberdade".

O representante catarinense disse esperar que providências iguais às tomadas pelo STJ sejam adotadas igualmente pela Câmara dos Deputados e pelos Tribunais Regionais Federais, "instituições nas quais alguns de seus membros foram também identificados em eventuais comprometimentos com traficantes de drogas".

Serra faz balanço de 20 anos de vida pública

Senador se despede do mandato afirmando que conclui uma etapa de sua vida, mas que a carreira política prosseguirá. Ele agradece apoio do PSDB e do PMDB e dos 33 milhões de eleitores que votaram nele para presidente da República

Tebet elogia seriedade e competência

Ao associar-se às homenagens prestadas ao senador José Serra, o presidente da Casa, Ramez Tebet, ressaltou a competência e seriedade de que o senador paulista demonstrou durante sua passagem pelo Ministério do Planejamento, no início do governo Fernando Henrique Cardoso.

— Que era um homem íntegro, eu já sabia, mas descobri que também sabia ser conciliador, quando pediu aos políticos de São Paulo e Mato Grosso do Sul o empenho na aprovação da estrada de ferro Feronorte, de fundamental importância para a economia dos dois estados — observou.

Mesmo reconhecendo que não há pessoas insubstituíveis, Tebet afirmou que José Serra fará muitas falta ao Senado. Ele manifestou, no entanto, sua certeza de que o senador continuará a lutar pelos interesses dos brasileiros, em especial os dos mais carentes, como fez durante sua gestão à frente do Ministério da Saúde, tanto no plano nacional quanto internacional.

— Quero cumprimentá-lo de maneira efusiva — afirmou Tebet.

Ao responder, Serra ressaltou que sua admiração por Tebet cresceu muito, diante da capacidade de liderança cordial — mas firme — que demonstrou na Presidência do Senado. Serra declarou que, em sua despedida, pensou em fazer um balanço, que representaria um ponto de chegada desses anos de Senado.

— Percebi, no entanto, que seria mais adequado formular um ponto de partida para novos desafios — concluiu o senador.

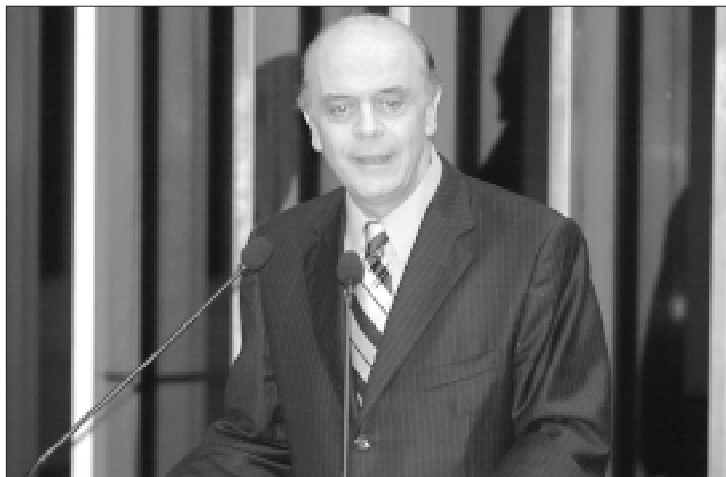


Ramez Tebet: Serra continuará a lutar pelos interesses dos brasileiros

Ao despedir-se ontem do mandato iniciado em 1995, o senador José Serra (PSDB-SP) prestou contas de todos os cargos públicos que ocupou nos últimos 20 anos, desde quando foi designado secretário de Economia e Planejamento do governo Franco Montoro, em São Paulo (1983). Depois de passar 16 anos no Congresso, metade em cada uma das duas Casas legislativas, ele explicou que uma etapa de sua vida está se concluindo, mas sua carreira política prosseguirá.

No primeiro mandato como deputado federal, Serra participou da Constituinte como relator dos temas orçamento, tributação e finanças e teve 120 emendas de sua autoria aprovadas. No mandato seguinte, liderou o PSDB e completou a legislação que criou o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e viabilizou o seguro-desemprego.

No Senado, Serra presidiu a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ele teve que se desincompatibilizar duas vezes de suas funções legislativas para ocupar ministérios do governo de Fernando Henrique. Em 1995, como



José Serra exerceu mandatos legislativos por 16 anos, metade deles na Câmara dos Deputados e metade no Senado

ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, coordenou a elaboração do Plano Plurianual de Investimentos. Depois, no Ministério da Saúde, implantou uma campanha contra a Aids, considerada modelo no cenário internacional.

Ainda como ministro da Saúde, Serra contabilizou a implantação dos medicamentos genéricos; a criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); e o esforço para conseguir ver aprovadas vá-

rias matérias pelo Congresso. Entre essas matérias foram citadas a emenda constitucional que aumenta os recursos para a Saúde e protege essas verbas da inflação; a limitação da publicidade dos cigarros; e a regulamentação dos planos de saúde.

— Talvez o resultado mais expressivo de toda nossa gestão tenha sido a redução da mortalidade materna e infantil, atribuída pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) às ações do ministério e à nossa política de

saúde: educação sanitária, parceria com a Pastoral da Criança, investimentos em maternidades, ampliação dos exames pré-natais, redução das cesarianas desnecessárias e o espetacular aumento da cobertura do Programa Saúde da Família (PSF) e do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) — afirmou José Serra.

Segundo o senador, a mortalidade materna caiu 23% entre 1998 e 2001. No caso da mortalidade infantil, prosseguiu Serra, a estimativa do IBGE, baseada nas tendências dos anos anteriores, seria de uma taxa de 33,5 mortes para cada mil nascidos vivos. O censo daquele ano detectou 29,6 mortes por mil nascidos vivos.

Serra também falou da época em que presidiu a União Estadual de Estudantes de São Paulo e a União Nacional do Estudantes (UNE), do seu exílio no Chile e nos Estados Unidos, após o golpe militar de 1964, e agradeceu ao seu partido pela indicação para concorrer à Presidência da República na última eleição. Os agradecimentos foram estendidos ao PMDB, que o apoiou, e aos mais de 33 milhões de eleitores que votaram nele.

25 senadores destacam atuação parlamentar e no Executivo

Durante o discurso de despedida de José Serra, 25 senadores o apartearam, parte deles elogiou a atuação do parlamentar como ministro da Saúde e pediu sua permanência na vida pública. O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) chegou a fazer um apelo para que Serra continue na política emprestando sua experiência ao país.

Representantes do PT do Acre, Tião Viana e Marina Silva manifestaram confiança em que José Serra continuará atuando na defesa do seu modelo para o país. Lúdio Coelho (PSDB-MS) pediu ao senador paulista que permaneça trabalhando pela nação. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que Serra, com sua conduta respeitosa durante a eleição, valorizou a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva na última disputa pela Presidência.

Os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Olivir Gabardo (PSDB-PR) classificaram José Serra como o melhor ministro da Saúde de que o Brasil já teve. Osmar Dias (PDT-PR) lembrou que o senador por São Paulo foi escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o melhor ministro da Saúde do mundo. Médico, Carlos Patrocínio (PTB-TO) testemunhou que os avan-

ços conquistados na área da saúde foram benéficos para a população brasileira, sobretudo a de mais baixa renda.

Romero Jucá (PSDB-RR) classificou a vida pública de Serra como sinônimo de competência, coragem e enfrentamento de desafios, enquanto Chico Sartori (PSDB-RO) comentou que, se o senador por São Paulo não venceu a disputa presidencial este ano, poderá, no futuro, ser eleito para o cargo. Já o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) comentou que, pela sua biografia, Serra tem um lugar garantido na história do país.

— Com todo o respeito pelos demais colegas: vossa excelência soube demonstrar que é maior que todos nós — afirmou o líder do PSDB, Geraldo Melo (RN), sobre o correligionário que se despediu do Senado.

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) revelou sua convicção de que, se Serra tivesse sido eleito presidente, o Brasil estaria em tão boas mãos quanto as de Luiz Inácio Lula da Silva.

Para Lindberg Cury (PFL-DF), Serra demonstrou determinação, competência e honestidade ao enfrentar o lobby dos laboratórios, planos de saúde e fabricantes de cigarro. Leomar Quintanilha (PFL-TO) e Roberto

Saturnino (PT-RJ) observaram que o reconhecimento da atuação de Serra como ministro da Saúde é unânime. No mesmo sentido, Renan Calheiros (PMDB-AL) disse que o Brasil inteiro reconhece o valor do senador por São Paulo.

A capacidade de dizer “não”, quando esta é a resposta que precisa ser dita, foi enumerada pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) como uma das principais qualidades de José Serra. Por outro lado, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) agradeceu a Serra por, quando ministro do Planejamento, ter incluído o Centro-Oeste no programa Avança Brasil. Maguito Vilela (PMDB-GO) desejou a Serra um breve retorno “ao Senado ou outro cargo onde possa continuar honrando a sociedade brasileira”.

Para a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), a despedida de José Serra é temporária. O senador José Agripino (PFL-RN) declarou que “o Brasil não vai querer vê-lo fora da política”. Já Romeu Tuma (PFL-SP) sugeriu aos que vão ingressar na vida pública que se espelhem na biografia de Serra. Último a apartear, o senador Nivaldo Krüger (PMDB-PR) disse que uma nação se faz com homens de caráter, como José Serra.

Nivaldo Krüger assume vaga de Roberto Requião

O senador Nivaldo Passos Krüger (PMDB-PR) assumiu ontem, como primeiro suplente, a vaga deixada pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), eleito para o governo do Paraná. Krüger foi conduzido ao Plenário pelos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Moreira Mendes (PFL-RO) e Olivir Gabardo (PSDB-PR) e, em seguida, recebeu os cumprimentos da Mesa, conforme o Regimento Interno da Casa. No momento da posse do parlamentar, a sessão estava sendo presidida pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

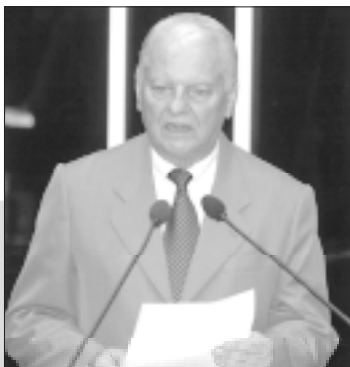
Em seu primeiro discurso, Krüger enalteceu o Senado e ressaltou sua "emoção cívica" de servir à Casa. Ele criticou a globalização, que ameaça a estabilidade dos países mais frágeis e pode causar perda de identidade cultural.

Para o senador, os perigos à soberania nacional não vêm de exércitos invasores, mas dos constrangimentos financeiros, do domínio das nações mais potentes e dos condicionamentos dos meios de comunicação, com poder de "mudar costumes e impor ideologias".

NOVO GOVERNO

Nivaldo Krüger elogiou o processo de transição, que, segundo ele, é a consolidação da democracia e o credenciamento do Brasil entre as mais sólidas nações da América Latina. Sobre o próximo governo, o senador fez referência à expectativa positiva que o país vive quanto à administração do presidente eleito.

— O povo conduziu à Presidência da República pela primeira vez um presidente oriundo das classes obreiras, nascido das refregas sindicais, oposto das elites dominantes que há séculos comandam a política nacional — disse.



Krüger criticou a globalização, responsável pela "perda de identidade cultural das nações"



Tebet, em conjunto com senador Carlos Patrocínio, descerra placa inaugural da obra, na presença do vice-reitor da Unilegis, Antônio Barbosa (primeiro à esquerda), e do senador Lúdio Coelho

Ramez Tebet lança pedra fundamental da Unilegis

Solenidade marca início da construção do prédio que abrigará a universidade, a primeira do mundo criada por um parlamento

O presidente do Senado, Ramez Tebet, fez ontem o lançamento da pedra fundamental do edifício que abrigará a sede da Universidade do Legislativo (Unilegis), descerrando a placa inaugural da obra na presença de senadores, diretores e servidores do Senado. O lote, inserido em uma área de 31 mil metros quadrados, está localizado no Setor de Clubes Sul de Brasília e foi doado pelo Executivo ao Senado em outubro deste ano.

Tebet ressaltou sua satisfação com o evento, que, conforme observou, marca o pioneirismo do Senado nessa área, já que a instituição será a primeira universidade criada por um parlamento no mundo, voltada para o treinamento de funcionários dos legislativos e da sociedade em geral.

— Este é um avanço extraordinário

que permitirá o acesso de todos que queiram estudar o Poder Legislativo, a história e atuação políticas do país — previu o senador, que acredita no potencial da nova instituição para a promoção de uma mentalidade sobre o real exercício da política.

O presidente aproveitou para cumprimentar os esforços dos servidores do Senado que estão empenhados em montar a Unilegis, que, na sua opinião, será um marco na história da Casa. Tebet elogiou ainda a atuação do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) para que o Senado recebesse o terreno da União.

— Esse terreno ermo será transformado, em um tempo menor do que esperamos, com a construção dessa sede. Eu ainda espero poder entrar no prédio da Unile-

gis e ver aqui estudando várias pessoas interessadas no aprimoramento do Parlamento e do país — declarou o senador.

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, informou que não existe, ainda, em todo o mundo, nenhuma iniciativa similar. Ele disse também que a Unilegis vai estar inserida em um modelo moderno de ensino, baseado no uso de computadores e da Internet.

A previsão feita por Agaciel é de que a obra esteja concluída até 2005. Ele adiantou que serão oferecidos cursos de extensão, pós-graduação e graduação, alguns em convênio com instituições de ensino nacionais. Estavam presentes também na cerimônia o vice-reitor da Unilegis, Antônio Barbosa, e o diretor do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Florian Madruga.

Convênio viabiliza cursos para servidores

O presidente do Senado, Ramez Tebet, assinou na manhã de ontem convênio técnico-cultural com o Centro de Estudos de Direito Internacional (Cedi) para que este possa, em conjunto com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), administrar cursos da área aos funcionários do Legislativo.

O Cedi é uma organização não-

governamental presidida pelo ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Carlos Eduardo Caputo Bastos, e é reconhecida por sua atuação em estudos sobre Direito Internacional, já tendo trabalhado junto ao Instituto Rio Branco e à Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do Programa das Nações Unidas para o De-

envolvimento (PNUD).

O diretor do Instituto Legislativo Brasileiro, professor Florian Madruga, explicou que o convênio irá possibilitar aos funcionários do Legislativo o estudo e o aprofundamento de temas do Direito Internacional e das questões jurídicas transnacionais debatidas e analisadas pelo Senado.

Funcionários do Senado doam cadeiras de rodas

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, realizou ontem, em seu gabinete, solenidade para entrega de cadeiras de rodas a pessoas portadoras de deficiência física e entidades assistenciais. As cadeiras foram doações de funcionários do gabinete da Diretoria Geral do Senado.

— Este é um dever moral de cada cidadão. Damos hoje o melhor exemplo de que tudo é possível quando se pensa e age comunitariamente, em família. Estamos participando da felicidade de pelo menos três famílias. São três cadeiras de rodas adquiridas de forma participativa. Podemos fazer muito pelo próximo e sabemos da nossa capacidade de mobilização. É um sentimento coletivo, não apenas da Diretoria Geral, mas de todo o corpo funcional do Senado — disse Agaciel.

Francelino elogia diretor da Faculdade de Direito da UFMG

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) registrou a posse do novo diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professor Aloízo Gonzaga de Andrade Araújo, ocorrida no último mês de novembro. Francelino salientou que foi essa a faculdade em que estudou e se tornou bacharel em Direito.

Para o parlamentar, a nomeação, pela segunda vez, de Aloízo Araújo como diretor da Faculdade de Direito garantirá à instituição uma nova gestão de sucesso. Sob a direção de Araújo, ainda segundo Francelino, a faculdade foi reformada, ganhou nova biblioteca e ampliou sua expressão no contexto acadêmico e científico, equiparando-se às melhores instituições em nível estadual e nacional.

Romero Jucá homenageia os 60 anos do Senai

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou os trabalhos desenvolvidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) em benefício do país. Ele destacou parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, utilizando recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador, por meio da qual o Senai atuou na capacitação de mais de 100 mil pessoas.

Criado em 1942, o Senai é um dos pólos de geração e difusão de conhecimento aplicado ao desenvolvimento industrial, contabilizando quase 33 milhões de matrículas em seis décadas de atuação.